

ARTIGO

**PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NA VENEZUELA
CONTEMPORÂNEA: UMA [BREVE] PROBLEMATIZAÇÃO À
TEORIA INSTITUCIONALISTA DA ESCOLHA RACIONAL**

Resumo

Através de um estudo de caso – o processo político em curso na Venezuela – o artigo tem como objetivo problematizar as bases conceituais da teoria institucionalista da escolha racional, em especial o que concerne às suas assertivas sobre o fenômeno da participação eleitoral. A partir desse exercício teórico, o texto procura compreender os motivos da considerável variação na abstenção eleitoral para, em seguida, argumentar que não é prudente dissociar o “componente político” das análises sobre a participação eleitoral na Venezuela contemporânea.

Palavras-chave

Abstenção Eleitoral; Teoria da Escolha Racional; Venezuela.

Abstract

Through a case study - the political process that is currently underway in Venezuela - the article aims to discuss the conceptual foundations of the institutionalist theory of rational choice, especially with respect to its assertions about the phenomenon of electoral participation. Based on this theoretical exercise, the text seeks to understand the reasons for the considerable variation in electoral abstention to argue that it is unwise to separate the “political component” of the analysis of electoral participation in contemporary Venezuela

Keywords

Electoral abstention; Rational Choice Theory; Venezuela.

* Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas.

I. BREVE RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NA VENEZUELA

1.1. O Pacto de Punto Fijo (1958-1993): da estabilidade à crise

É consenso entre os historiadores locais que a chamada “história contemporânea da Venezuela” inicia-se durante as primeiras décadas do século XX. Este marco temporal deve-se a uma importantíssima modificação em sua estrutura produtiva: a economia, até então essencialmente agrícola, passa a ser centrada na produção e exportação do petróleo.

A partir de então, a atividade econômica petroleira passou a representar, por ampla margem, a principal fonte de renda para a sociedade venezuelana. Dados atuais dão conta de que o setor é responsável por 80% das exportações do país, sendo que nada menos que a terça parte do Produto Interno Bruto advém diretamente do comércio do combustível¹.

Tal característica faz da Venezuela, segundo definição amplamente difundida, uma nação “rentista”. Ou seja, trata-se de uma “arquitetura econômica” cujo [sub] desenvolvimento está atrelado à incorporação dos lucros obtidos com o comércio do petróleo, tendo em vista o fato de que grande parte do ingresso fiscal provém de um setor pouco integrado da economia, no qual a rentabilidade se deve ao pagamento de royalties ao Estado e, não propriamente à vitalidade do setor produtivo nacional. Assim, a condição de país petroleiro, segundo ELLNER (2003), “minimizo la lucha de clases, debilitó a la oligarquía, y generó una clase media excepcionalmente amplia”.

Esta importante singularidade confere à economia nacional um elevado grau de volatilidade, na medida em que os preços do combustível flutuam gerando, ciclicamente, intervalos de bonança econômica, nos quais há relativa estabilidade política, seguidos por graves crises financeiras que, dentre outros desdobramentos, geram instabilidade social.

Nesse sentido, o período histórico constituído após a segunda guerra mundial foi marcado pelo robusto crescimento da economia capitalista na Venezuela. Os abundantes recursos oriundos da comercialização do petróleo geraram as condições necessárias para apaziguar, ao menos por certo tempo, os graves conflitos entre as classes sociais estabelecidas naquele país (LÓPEZ-MAYA, 2005).

¹ Tais dados, assim como diversos outros índices macroeconômicos da Venezuela, podem ser encontrados no sítio eletrônico da CEPAL: <http://www.eclac.org>

Após um período de ditadura militar e através da consolidação de um regime *sui generis* - que ficou conhecido como o “Pacto de Punto Fijo”²- os venezuelanos passaram a gozar de um cenário político formalmente democrático, marcado por eleições regulares e pela alternância partidária no poder. Importante salientar, porém, que, conforme ilustra o quadro abaixo, tal alternância ficou restrita a, apenas, dois partidos políticos.

Quadro nº 1		
Presidentes durante o período puntofijista (1959-1993)		
Mandato	Presidente	Partido
1959-1964	Rómulo Betancourt	AD
1964-1969	Raúl Leoni	AD
1969-1974	Rafael Caldera	COPEI
1974-1979	Carlos Andrés Pérez	AD
1979-1984	Luis Herrera Campins	COPEI
1984-1989	Jaime Lusinchi	AD
1989-1993	Carlos Andrés Pérez	AD
Fonte: Elaboração própria		

No que concerne especificamente à participação eleitoral no período, é recorrente a opinião de que sobressaltava o expressivo comparecimento do eleitorado aos pleitos presidenciais. O interesse dos cidadãos em participar do “processo democrático”, por diversas vezes, foi analisado como uma prova da vitalidade e legitimidade do sistema político venezuelano. Comprovava-se tal opinião através da baixa e estacionária taxa de abstenção nas eleições realizadas a cada cinco anos para a escolha do presidente da República (DELGADO 1992).

2 Coalizão capitaneada pelos partidos “Acción Democrática” (AD) e “Partido Socialcristiano”(COPEI) tinha como principal objetivo a definição de uma agenda que reduzisse as [poucas] diferenças programáticas entre as duas agremiações, de modo a estruturar um plano de governo comum que abarcasse, concomitantemente, as expectativas e projetos das lideranças políticas que “costuravam” o acordo com os demais setores sociais. Assim, estabeleceu-se um amplo e hegemônico consenso entre as mais importantes instituições do país, incluindo os sindicatos patronais e dos trabalhadores, a igreja, as Forças Armadas e outras entidades civis que garantiram, na prática, a estabilidade política da nação por aproximadamente quatro décadas.

Assim, entre 1958 e 1973, o nível médio de participação eleitoral foi de 93,46%, com cada uma das quatro eleições presidenciais registrando índices inferiores a 10% de abstenção. Importante salientar que, de acordo com o texto constitucional venezuelano, o voto naquela época era, e continua a ser, obrigatório. A particularidade é que não há, porém, sanções para aqueles que não comparecem ao pleito³.

Nesse sentido, ganha solidez o argumento acima apresentado segundo o qual, no período histórico ora abordado, o sistema político venezuelano caracterizava-se por sua estabilidade, tendo em vista, entre outros fatores, o fato de que a participação eleitoral, apesar de obrigatória, era “espontânea”, dada a ausência de penalidades para os que não desejassem participar.

Entretanto, tal cenário começou a ser paulatinamente modificado no final da década de 1970. Como conseqüência do elevado acúmulo de divisas gerado pela crise energética mundial de 1973 – crise esta que catapultou os preços do petróleo no mercado internacional em quase 400% - a grave instabilidade econômica que afetou grande parte da América Latina já no início da década de 1970 chegou à Venezuela com certo atraso⁴.

Porém, o castelo de areia não demoraria a ruir. Os perniciosos efeitos gerados pela extrema dependência do país em relação ao comércio petrolífero, já no início da década de 1980, tornaram-se incontroláveis:

El Estado se convirtió en el gran empleador creando una aberrante dinámica de endeudamiento para pagar los gastos de funcionamiento de la administración pública, cuyo monto, sólo por servicio de la deuda llegó a representar un tercio del presupuesto. En una situación solo comparable a la de los países árabes, por la propiedad estatal del petróleo, el 90% de los ingresos en divisas internacionales han estado bajo control estatal (PETIT, 2006).

Segundo o estudo de LÓPEZ-MAYA (2005), os resultados da desaceleração econômica fizeram-se sentir, também, no campo político, uma vez que os mecanismos de mediação entre Estado e sociedade (tais como os sindicatos e a igreja) passaram a apresentar sistemáticas dificuldades em cumprir as funções de manutenção do consenso político a elas atribuídas pelo Pacto de Punto Fijo.

A referida crise que acometeu os principais atores do sistema democrático (especialmente os partidos políticos hegemônicos), agregada ao crescente descontenten-

3 Sobre o assunto, dispõe o artigo 63 da Constituição venezuelana: “Artículo 63. El sufragio es un derecho. Se ejercerá mediante votaciones libres, universales, directas y secretas”.

4 Conforme apontam os índices macroeconômicos venezuelanos expostos, entre outros, no trabalho de BONILLA-MOLINA e EL-TROUDI (2004).

tamento da população em relação às instituições e serviços públicos, fez com que o cidadão venezuelano repensasse sua forma de conceber e participar da política nacional.

Não por acaso, a partir de então, os índices de participação eleitoral passaram a cair exponencialmente. Emergia, assim, uma tendência que, em pouquíssimo tempo, faria com que os índices de abstenção na Venezuela, até então em níveis bastante baixos, atingissem a patamares consideravelmente altos.

Nesse sentido, já na eleição presidencial de 1978 percebem-se, ainda que de forma embrionária, sinais dessa modificação no comportamento do eleitorado venezuelano. A taxa de abstenção que, nas eleições de 1973, foi de ínfimos 3,48% praticamente triplicou no pleito do final da década, atingindo a cifra total de 12,44%. O trabalho de MOLINA (1995) é bastante claro ao apontar tal transformação:

En Venezuela la fortaleza de las organizaciones partidistas a partir de 1958, así como su presencia en todos los ámbitos de la sociedad, influyeron en el logro y mantenimiento de altos niveles de participación. Desde mediados de los setenta se ha producido una pérdida de capacidad de movilización de los partidos debido a su desprestigio, al declive de la militancia e identificación partidista y a la aparición de nuevas organizaciones no influidas por ellos. Esto ha incidido en el aumento de la abstención.

Conforme aponta o quadro nº 2, o novo padrão (aumento dos índices abstencionistas) fortaleceu-se no decorrer da década de 1980, atingindo o patamar de 18,08% nas eleições de 1988.

Quadro nº 2			
Abstenção nas Eleições Presidenciais Venezuelanas			
(1958-1993)			
ANO	TOTAL DE ELEITORES	ABSTENÇÕES	PERCENTUAL
1958	2.913.801	191.748	6,58
1963	3.369.968	262.441	7,79
1968	4.134.928	135.311	3,27
1973	4.737.122	164.935	3,48
1978	6.223.903	775.103	12,45
1983	7.777.892	952.712	12,25
1988	9.185.647	1.660.887	18,08
1993	9.185.647	3.859.579	39,84

Fonte: Consejo Nacional Electoral de Venezuela (<http://www.cne.gov.ve>)

A ruína política do *puntofijismo* chegou ao ápice nos anos 90. E aqui, novamente, o vínculo entre a “apatia política” e a penúria econômica tornou a aparecer. O desemprego e a pobreza mantiveram a tendência ascendente da década anterior, tendo

sido registrado, no ano de 1996, o alarmante total de 48,33% de domicílios abaixo da linha de pobreza, dos quais 27,66% encontravam-se em situação de pobreza extrema. A inflação acumulada entre o período entre 1994-1998 atingiu a cifra de 885%.

Por sua vez, a abstenção medida na eleição presidencial de 1993 ficou pouco abaixo dos 40%. Ou seja, em exatas duas décadas, os índices abstencionistas no país cresceram mais de dez vezes. Sobre tal fenômeno, analisa ROSALES (1997):

Tal incremento sorpresivo nos permite pensar que la abstención no se elevó por un acrecentamiento repentino del descuido e incivismo del electorado, por razones simplemente personales o de “cultura política”, sino que semejante alteración implica una actitud cívica de desencanto y crítica, no casual, debida a los errores de la élite política con relación al gobierno precedente.

Nesse sentido, percebe-se claramente na literatura uma importante modificação nas análises sobre a abstenção nos processos eleitorais venezuelanos ocorridos a partir de 1984: torna-se recorrente a explicação de que na medida em que aumentava a insatisfação popular com o sistema político puntofijista, a abstenção eleitoral, conseqüentemente, também tendia a aumentar⁵.

Tal correlação ocorria não por acaso, mas sim pelo fato de que a abstenção, na Venezuela, passou a ser utilizada por grande parte da população como um mecanismo para expressar o sentimento de desaprovação em relação ao sistema político vigente.

Ou seja, o ato de não comparecer às eleições não representava uma escolha racional dos indivíduos que, sabedores do “pouco peso” relativo de seu voto no universo total de eleitores, decidiam por não participar. Pelo contrário: a não participação consubstanciava-se numa escolha política com vistas a materializar um sentimento de protesto (HIDALGO TRENADO, 1998).

1.2. A era Chávez (1999-2006): polarização transformada em participação

A análise sobre a ascensão de Hugo Chávez Frías ao ápice da estrutura política venezuelana revela uma clara relação entre a vitória por ele conquistada na eleição de 1998 e os desastrosos resultados obtidos pela chamada “investida neoliberal”, que teve lugar na Venezuela no decorrer dos anos 90 (Cicero, 2010).

⁵ Tais inferências e análises podem ser constatadas, entre outros, nos trabalhos de ROSALES (1997), BUNIMOV-PARRA (1988), DELGADO (1992).

Foi o governo venezuelano (durante o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez) o primeiro a adotar as “recomendações” do Consenso de Washington⁶. O programa de ajustes neoliberais fora implementado, sem sucesso, como “antídoto” à crise *puntofijista* que assolava o sistema político desde o início da década anterior.

Porém, a “via neoliberal” não conseguiu se firmar. Pelo contrário. A instabilidade econômica gerou ondas violentas de caos social, situação esta que fez da década de 1990 a mais conturbada da história do país⁷. Nesse contexto, o movimento político liderado por Hugo Chávez Frias saiu-se vitorioso das eleições presidenciais de 1998, entre outros fatores, por ter retratado a democracia representativa até então praticada como um sistema elitista, sem conteúdo democrático real e, por isso, alheia e refratária à participação popular.

Para sanar tais deficiências, o programa de governo bolivariano ofereceu duas alternativas ao redor das quais construiu um sistema simbólico que lhe permitiu agrupar amplos setores populares: prometia a estruturação de um sistema democrático efetivamente aberto à participação (o qual denominou “democracia participativa e protagônica”) e, também, garantia o resguardo à soberania nacional ante os organismos financeiros internacionais, por meio de uma orientação política e econômica de base nacionalista

Resumidamente, é seguro afirmar que o primeiro mandato presidencial chavista (1999-2001) se caracterizou, concomitantemente, por uma postura até certo ponto conservadora no que tange à economia e, por outro lado, por uma abordagem bem mais agressiva nas questões concernentes à reformulação das estruturas e dos quadros integrantes do aparelho estatal venezuelano.

A primeira parte dessa sentença pode ser confirmada, entre outras análises, pela opinião de ALI (2008), para quem é “totalmente verdade que, durante seu primeiro mandato, os bolivarianos permaneceram prisioneiros das políticas macroeconômicas e não concederam benefícios imediatos para aqueles que mais precisavam”.

6 As políticas neoliberais colocadas em prática na América Latina durante os anos de 1990, assim como em outros países com alto endividamento externo, ficaram conhecidas como o “Consenso de Washington”. Este consistia num programa de dez pontos com o objetivo principal de reformar os mecanismos internos de regulamentação econômica das nações, de tal forma a dar-lhes condições para pagar as dívidas que haviam contraído. Entretanto, na prática, as exigências feitas aos devedores constituíam praticamente uma nova forma de colonialismo, tamanho os benefícios que o programa neoliberal garantia aos credores, estadunidenses em sua maioria. A Venezuela acumulara uma enorme dívida, imprudentemente adquirida a juros altíssimos por sucessivos governos, o que fez do país um alvo privilegiado das reformas do Consenso de Washington.

7 Entre os principais acontecimentos políticos que “sacudiram” a sociedade venezuelana no período estão o Caracazo (1989) e as duas tentativas frustradas de golpe de Estado (1992) perpetradas pelo grupo liderado por Chávez (MBR-200).

Se a agenda econômica adotada nos primeiros anos do governo Chávez não obedeceu a padrões definidos e harmônicos, oscilando entre medidas que ora destoavam e ora afirmavam as premissas neoliberais, o mesmo não pode ser dito sobre sua agenda política. A partir de uma base política constituída por um enorme contingente popular cuja ânsia por profundas transformações era latente, os bolivarianos empreenderam um articulado e complexo esforço visando a “refundação” da república.

Nesse sentido, o advento da Constituição de 1999 serviu de base para modificar por completo a estrutura institucional do país. O tom do discurso chavista sobre o assunto era extremamente claro:

Sin una transformación a fondo de las estructuras del Estado y del sistema político venezolano, no hay posibilidades de impulsar un proceso realmente productivo de desarrollo económico y social [...] El Estado está desarticulado. Yo soy Jefe de Estado, pero de cuál Estado soy jefe? De un Estado desarticulado, un Estado con un motor fundido. El motor venezolano está fundido y el Estado es el motor de la nación. Tiene que ser uno de los motores generadores del impulso nacional, sin duda alguna, el Estado (VENEZUELA, 2005, t.1).

Por sua vez, o segundo termo presidencial (2002-2006) foi marcado pela aguda polarização social engendrada, entre outros motivos, por modificações institucionais colocadas em prática pela administração bolivariana. Tal dinâmica fez com que organizações de apoio e de oposição ao presidente se proliferassem no seio social. Assim, de um lado, postou-se um coeso grupo opositor formado essencialmente pelos donos dos meios de comunicação privados, oficiais de alta patente na hierarquia militar, o alto escalão eclesiástico da igreja católica e os “executivos de carreira” da gigante empresa estatal petroleira, a PDVSA.

Do outro lado enfileirou-se uma numerosa parcela da população venezuelana, historicamente excluída das posições de mando no cenário político nacional que, desde o início da década de 1990, se organizou e atuou coletivamente a fim de manter e qualificar a experiência “chavista”.

A polarização entre tais setores sociais - após esforços golpistas (2002) e de sabotagem (duas “greves patronais” em 2001 e 2002) praticados pela oposição - chegou ao seu clímax por ocasião do chamado “referendo revogatório presidencial”, ocorrido em agosto de 2004 e articulado pelos setores opositoristas.

Para tanto, estes recorreram ao artigo 72 da Constituição venezuelana, o qual prevê a possibilidade de revogação de todos os cargos eletivos sob duas condições: que a metade do mandato para o qual o funcionário foi eleito tenha transcorrido e que ao menos 20% do total de eleitores presentes naquele pleito solicitem a instau-

ração do referendo revogatório. Então, cumpridos tais requisitos, se o número de votos favoráveis à revogação superar o total de votos recebido pelo funcionário, considerar-se-á revogado o mandato e, de imediato, terá início um novo processo eleitoral para o preenchimento daquele cargo.

Após meses de intensa campanha política e de coletas das assinaturas necessárias, o referendo ocorreu no dia 15 de agosto de 2004. A politização e mobilização da sociedade foram comprovadas pelas imensas filas formadas nos postos de votação e pelos quase de 10 milhões de sufrágios computados. Na madrugada do dia seguinte, foram divulgados os resultados finais do pleito os quais, por uma margem de 58,25% contra 41,74%, folgadoamente favoreceram a Hugo Chávez Frías.

Para a temática que concerne o presente estudo, mais do que propriamente o resultado final, é importante salientar o índice de abstenção nesse pleito e compará-lo com os índices registrados nas outras eleições vencidas por Chávez (conforme demonstra o quadro nº 3)

Quadro nº 3			
Abstenção nas Eleições Presidenciais Venezuelanas (1958-1993)			
ANO	TOTAL DE ELEITORES	ABSTENÇÕES	PERCENTUAL
1998	10.991.482	4.470.863	45,6
2000	11.720.971	5.129.082	43,69
2004	14.037.900	4.222.269	30,08

Fonte: Consejo Nacional Electoral de Venezuela (<http://www.cne.gov.ve>)

As cifras deixam claro que o referendo revogatório caracterizou-se pela queda na taxa de abstenção eleitoral, quando comparado aos índices registrados anteriormente. Verifica-se que a participação eleitoral, já em tendência de alta por ocasião das eleições do ano 2000, aumentou ainda mais. A diferença entre o primeiro pleito vencido por Chávez (1998) e o referendo é expressiva: quase um terço a mais de participação eleitoral. O índice de abstenção registrado (30,08%) foi o menor registrado desde as eleições de 1988.

A explicação para essa tendência, certamente, é multifacetada, tendo em vista que não apenas um, mas diversos fatores contribuem para o aumento ou diminuição das taxas de abstenção eleitoral.

Feita tal ressalva, a idéia a partir daqui é jogar luz sobre uma das possíveis hipóteses que podem ser mobilizadas para compreender os motivos da considerável variação nos índices de participação eleitoral registrados na Venezuela durante os últimos cinquenta anos: a de que a polarização *política* (durante a “era Chávez”) e satisfação/insatisfação com a *política* (na época *puntofijista*) representaram fatores decisivos que motivaram – ou desmotivaram – os eleitores a votarem.

Ou seja, trata-se de um exercício que se preocupará em apontar a importância de se levar em consideração os elementos políticos conjunturais para as análises que procuram compreender teoricamente as razões do voto. Especificamente, o diálogo se dará com as perspectivas neo-institucionalistas da ciência política e, em especial, com a vertente da “escolha racional” e as explicações de alguns dos autores a ela vinculados sobre as motivações que incentivam (ou inibem) o cidadão a votar (ou se abster) nos processos eleitorais.

II. O NEO-INSTITUCIONALISMO

2.1. *As três vertentes: propostas e conceitos.*

O Neo-Institucionalismo, ao menos do ponto de vista teórico, não se caracteriza por apresentar grandes inovações em sua elaboração. As obras centrais que moldam essa corrente de pensamento prestam-se, em realidade, a promover análises empíricas bastante específicas. Constitui-se, nesse sentido, mais como um método de pesquisa, um *approach*, uma teoria de alcance médio do que um conjunto de idéias que apontam para uma teoria totalizante. Trata-se, portanto, de uma perspectiva epistemológica marcada pela compilação de procedimentos eminentemente técnicos (MARCH e OLSEN, 1984).

Tal particularidade se junta à outra característica importante concernente ao Neo-Institucionalismo: o fato de haver, “classificadas” dentro do mesmo campo de pensamento, três escolas completamente distintas⁸. O texto de HALL e TAYLOR (2003) nos ajuda a compreender melhor esta singularidade:

8 Não há, assim, univocidade para conceitos centrais como, por exemplo, “instituição”. Para a vertente da “escolha racional”, a idéia de instituição está relacionada à temática das “regras”, enquanto para o “Neo-Institucionalismo sociológico” tal conceito vincula-se à idéia de “rotina”.

O termo Neo-Institucionalismo é utilizado na ciência política para designar uma perspectiva teórica que atrai muita atenção e também certas críticas. [...] Uma grande parte da confusão que cerca o Neo-Institucionalismo desaparece quando se admite que ele não constitui uma corrente de pensamento unificada. Ao contrário, pelo menos três métodos de análise diferentes, todos reivindicando o título de “Neo-Institucionalismo”, apareceram de 1980 em diante [...] Todas elas buscam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos.

Nas próximas linhas, de forma sucinta e esquemática, passo a elencar as principais características de cada um dos três métodos mencionados na passagem anterior, iniciando pelo o mais caro ao presente estudo: o “*Neo-Institucionalismo da Escolha Racional*”.

HALL e TAYLOR(2003) informam que tal corrente de pensamento surgiu no contexto dos estudos sobre o comportamento dos parlamentares estadunidenses tendo como objetivo averiguar dois cenários: de que forma os regulamentos do Congresso norte-americano afetavam o comportamento dos legisladores e, também, os motivos que levaram à adoção daquele determinado modelo de regulação.

Por sua vez, ensina-nos WEINGAST (2001) que a vertente em questão propõe um tratamento sistemático das instituições, proporcionando, com isso, microfundamentos para a análise institucional. Essa abordagem se diferenciaria das demais análises neo-institucionalistas por estabelecer uma metodologia sistemática e eminentemente comparativa para os estudos sobre os efeitos exercidos pelas instituições nas relações políticas. O foco recai, portanto, nos constrangimentos impostos pelas instituições que moldam as ações racionalmente calculadas pelos indivíduos. A perspectiva seria útil, pois proporcionaria o conhecimento dos microfundamentos dos fenômenos políticos.

Por sua vez, KATO (1996) enfatiza as características centrais dos teóricos institucionalistas da “escolha racional” ao apontar que:

The rational choice theorists attempt to incorporate institutional constraints upon individual behavior into their original approach, which is based on an assumption of economic rationality. Their approach is ‘new’ in the sense that they add institutional factors to the analytical framework of micro-economics or public choice theory.

Já IMMERGUT (1998) sedimenta o debate ao explicar que a “escolha racional” se presta a fazer análises das decisões tomadas por atores em relação de interdependência e capazes de avaliar racionalmente alternativas e escolher entre elas, em um contexto onde as instituições –e, especialmente, as regras do jogo por elas estabelecidas - afetam significativamente o teor e as possibilidades das escolhas.

Nesse sentido, os estudos se pautam em análises sobre as regras do jogo político, entendidas como o conjunto de arranjos institucionais que restringem as opções e estabelecem o espaço político onde atuam os atores interdependentes. Portanto, o objetivo é prever, a partir de uma perspectiva analítica e formal, o comportamento racional dos indivíduos e das instituições. Faz-se presente, assim, um forte componente normativo, na medida em que a construção teórica determina a condição necessária a uma instituição para seu funcionamento eficaz, qual seja, a presença de indivíduos que a conduzam norteados por escolhas racionais.

Sob esse aspecto, materializa-se uma teoria política pautada na ação, sendo esta uma combinação entre os constrangimentos institucionais (num contexto onde não importam os motivos que levaram à construção daquele arranjo) e a preferência racionalmente calculada pelos indivíduos.

Diferentemente da “escolha racional”, que pretende compreender a interação entre indivíduos e instituições em um contexto de racionalidade e eficiência, o chamado “Neo-Institucionalismo sociológico” preocupa-se, essencialmente, em explicar a durabilidade dos aparelhos institucionais. Para essa vertente Neo-Institucionalista, as instituições são como rotinas que garantem o funcionamento das organizações sociais (MARCH e OLSEN, 1984).

Traçam como características principais dos arranjos institucionais o fato destes serem conjuntos de regras interconectadas que definem as ações possíveis entre as relações hipotéticas e a realidade. Também ressaltam a profunda capacidade das instituições de influenciar na conduta política dos indivíduos, na medida em que estes atuam segundo a chamada “lógica da adequação”⁹.

KATO (1996) descreve da seguinte maneira a vertente sociológica do pensamento Neo-Institucionalista:

Employs traditional methods of political science research, especially historical investigation and qualitative analysis with a renewed focus on institutional changes and dynamics. The alleged novelty of this approach lies not in its research methodology, but in its broadened perspectives of institutions which include factors such as culture, norms and routines.

Nesse sentido, tais estudos se dedicam à explanação sobre os motivos pelos quais as instituições apresentam formas e procedimentos específicos e, também, sobre os mecanismos adotados para a difusão das práticas institucionais.

9 Segundo MARCH e OLSEN (1984), a “lógica da adequação” refere-se ao fato de que as regras são cumpridas, pois são vistas como naturais, corretas, esperadas e legítimas. Os atores procuram, assim, cumprir as obrigações encapsuladas em um papel, em uma identidade, na adesão a uma comunidade política e nas práticas e expectativas de suas instituições. Envolvidos na coletividade social, os atores fazem o que consideram apropriado para eles mesmos nas situações específicas.

Já o “*Neo-Institucionalismo histórico*”, última vertente a ser brevemente examinada, apresenta uma definição de “instituição” que guarda muitas similaridades com aquela proposta pelo Neo-Institucionalismo sociológico. Concordam ao analisar as instituições como organizações, regras e procedimentos formais que estruturam e deixam suas marcas nos resultados das relações entre indivíduos na política e na economia. Porém, em certa medida, estendem o entendimento sociológico ao acrescentarem a idéia de instituição como “estruturas de constrangimentos”.

Quando se compara a “escolha racional” ao Neo-Institucionalismo histórico percebe-se que a última vertente não recusa a racionalidade estratégica, fundamental ao pensamento da primeira. A busca pelos micro-fundamentos da política ocorre em ambas. Contudo, divergem a respeito da frequência e das situações onde a escolha racional efetivamente se materializa. Nesse sentido, “os históricos” priorizam as análises relacionadas aos processos de gênese e adaptação dos arranjos institucionais, tendo em vista a relevância dessas particularidades para o processo de “tomada de decisões”. Para esse tipo de abordagem, então, as instituições seriam transmissores de idéias e procedimentos historicamente construídos.

Também, as duas concepções acima mencionadas se diferenciam pelo fato dos “históricos” estarem dispostos a ir além do proposto pela “escolha racional”, ao incorporarem às análises aspectos macroestruturais, tais como as relações de e entre classes sociais.

Não se trata, porém, de uma tentativa de se comprovar uma tese e, sim, de um exercício para melhor compreender o motivo pelo qual os fatos históricos ocorreram de uma maneira e não de outra. Sobre o tema, HALL e TAYLOR (2003) apontam:

Os teóricos do institucionalismo histórico prestam atenção, sobretudo, ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre grupos sociais. Assim, ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos de firmar contratos, eles preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão.

Outra singularidade de grande relevância no pensamento histórico do Neo-Institucionalismo diz respeito à ênfase no caráter episódico da mudança institucional e seu vínculo com a conjuntura social (THELLEN, 1999).

No que diz respeito à metodologia, os estudos que compõem o Neo-Institucionalismo histórico tendem a ser mais descritivos do que explicativos, o que causa problemas quando se tenta falsear e, por conseguinte, conferir cientificidade aos resultados. No mesmo sentido, o número de casos analisados é, geralmente, baixo se comparado à vastidão dos casos estudados a partir da “escolha racional” que,

também, é mais eficiente quanto ao rigor metodológico (pois se vale de estatísticas, equações, etc.).

Por fim, cumpre salientar a problematização de THELLEN (1999), para quem não há razão em opor a “escolha racional” à vertente histórica do Neo-Institucionalismo. Ao contrário, a referida autora as enxerga complementarmente afirmando que uma análise centrada na “escolha racional” nunca é, apenas, a análise do comportamento individual. As diferenças são, exclusivamente, de ordem epistemológica: enquanto a primeira está preocupada em testar hipóteses a segunda procura compreendê-las.

2.2. “Escolha Racional” e participação eleitoral

O texto de ALDRICH (1993) é uma ótima fonte para situar o debate sobre como a questão da participação eleitoral (ou o “ato de votar” ou, ainda, o turnout) se desenvolve no campo teórico da “escolha racional”. O início da argumentação é bastante reveladora e dá a noção exata do quanto o assunto é controverso para a vertente teórica em debate:

In rational choice theory, turnout holds a special place, as the most commonly used example of a major theoretical puzzle. So important is this puzzle that some see turnout as the major example of the failure of rational choice theory [...] While the empirical problem of understanding turnout is common to all know theories, turnout assumes a special place in rational choice theory.

Em conformidade com o apontado nas linhas anteriores deste estudo, ALDRICH (1993) afirma a teoria da “escolha racional” como uma tentativa de se compreender teoricamente a maneira pela qual as preferências determinam o comportamento dos indivíduos. Especificamente no que concerne ao “ato de votar”, a análise recai sobre a situação onde, hipoteticamente, dois candidatos concorrem a um cargo num processo eleitoral. Os cidadãos devem escolher entre três possíveis ações: votar em um candidato, votar no outro candidato ou absterem-se de votar.

Nesse cenário, e sob o prisma teórico da “escolha racional”, entende-se que as preferências dos cidadãos são moldadas pela utilidade quanto ao resultado final da eleição, ou seja, o quanto aquele determinado indivíduo prefere um resultado em detrimento do outro.

A hipótese central para essa teoria é a de que o cidadão sempre preferirá o cenário onde se faz presente um maior grau de *utilidade*, de forma que suas ações convergirão para a busca pelo resultado de sua preferência. As ações seriam, portanto, os meios para se chegar ao objetivo desejado. Nesse sentido, o voto seria um

investimento para atingir resultados racionalmente pretendidos.

Entretanto, o texto de ALDRICH (1993) demonstra que o tema da participação eleitoral é marcado por particularidades que tornam o debate bem mais complexo: a primeira delas refere-se o fato de haver custos para o ato de votar¹⁰. Em tese, se os eleitores decidissem pela abstenção, ficariam livres de pagar os referidos custos, ao passo que se fossem votar teriam que pagá-los. Resta claro, portanto, que do ponto de vista dos “custos”, a opção mais racional para o eleitor seria o não comparecimento às urnas.

Ademais, e esse é outro complicador, deve-se levar em conta que as eleições são ações coletivas onde o resultado depende não só do “tomador de decisão”, mas também de seus pares. Por isso, é esperado dos eleitores, ao se decidirem sobre qual atitude tomar durante um processo eleitoral, que também levem em consideração a forma como os demais eleitores irão se comportar. Dessa maneira, um indivíduo tem todas as razões para encarar o ato de votar como uma parte [que pode ser ínfima] de um processo composto por várias outras decisões que não estão sob o seu controle.

Assim, a hipótese resultante de tal construção teórica apontaria para a situação segundo a qual quanto maior o “peso” do voto, ou seja, a chance de um voto decidir o pleito, maior a probabilidade de o eleitor participar das eleições. Por conseguinte, em se tratando de um eleitorado vasto, não há bases razoáveis para que um cidadão, racionalmente, assuma que seu voto será responsável pela vitória ou derrota de determinado candidato.

É interessante, também, refletir sobre outra variável – esta levantada por MARCH e OLSEN (1989) – que pode ser levada em conta nas análises sobre a “racionalidade” do ato de votar. Os autores apontam para o que eles chamam de “dever do cidadão” (citizen duty), ou seja, o fato de alguns votarem com o objetivo de assegurar a continuidade e vitalidade do sistema democrático, tendo em vista que se ninguém votasse o sistema político entraria em colapso.

ALDRICH (1993), porém, problematiza o uso dessa variável no campo da “escolha racional”, pois afirma que, teoricamente, se o ato de votar origina-se não de

10 Muito embora não seja tarefa fácil quantificar objetivamente tal variável, os custos do “ato de votar” referem-se aos gastos (de tempo e dinheiro) para obter informações, processá-las e tomar uma decisão, bem como os “custos diretos” para cumprir os requisitos burocráticos necessários para estar apto a votar.

uma preferência/utilidade do indivíduo, mas sim de uma noção de dever coletivo¹¹, os modelos pautados no individualismo metodológico típico da escola da “escolha racional” nada teriam a adicionar à explicação sobre como as preferências moldam as ações.

Este mesmo autor, por fim, argumenta que o “ato de votar” não é um bom exemplo para se compreender a *ação coletiva*, pois se trata, para a maioria das pessoas e na maioria das vezes, de uma ação caracterizada pelo baixo custo e pelo baixo benefício. Porém, afirma que modificações nos custos e nos benefícios podem alterar proporcionalmente a decisão de votar [ou a de não votar] para muitos cidadãos.

Com base nessas particularidades, Aldrich (1993) conclui o seguinte sobre o “ato de votar”:

I suspect that the low-cost, low-benefit nature of the turnout decision really means that most of the action is, in fact, in the intrinsic values of voting *per se* [...] The problem is, if voting is primarily an expression of personal values, then there is little political and strategic content to the decision.

No mesmo estudo, porém, ALDRICH (1993) argumenta que as “ações estratégicas dos políticos” devem ser levadas em consideração, pois estas constituiriam uma variável que explicaria de forma satisfatória por que a participação eleitoral é mais alta em eleições com resultados incertos. A resposta está vinculada às atividades dos políticos, que tendem a alocar mais recursos em eleições disputadas do que em pleitos onde há claro favoritismo por parte de um dos candidatos. Por sua vez, tais investimentos serão refletidos em maiores índices de participação eleitoral (mesmo que os eleitores não tenham ciência da paridade da disputa). Ou seja, quanto maior a força das campanhas eleitorais levadas a cabo por partidos políticos e outros grupos maior o estímulo/probabilidade de que o cidadão opte por votar.

3. *Problematização e Considerações Finais*

Apoiando-se num estudo de caso, o presente texto procurou, de forma esquemática, problematizar as principais bases que conformam o pensamento Neo-Institucionalista da “escolha racional”, em especial no que concerne às assertivas formuladas por essa escola de pensamento sobre o fenômeno da participação eleitoral.

11 Nesses casos, o ato de votar deveria ser analisado como uma “opção de gosto” do indivíduo (“matter of taste”). E, os modelos de “escolha racional” não são construídos para entenderem de onde surgem os “gostos”, mas sim com os indivíduos agem, a partir de seus gostos/preferências.

Conforme exposto na última seção, esta vertente caracteriza-se por analisar o “ato de votar” como uma ação individual peculiar, pois, para além do cálculo racional sobre o custo/benefício de determinada decisão feito pelo indivíduo, a referida atividade política também pode ser motivada por fatores subjetivos como, por exemplo, a noção de dever cívico.

Essa explicação é central e, em verdade, constitui um grande problema para o institucionalismo da “escolha racional”, tendo em vista o fato de esta teoria não ter absolutamente nada a dizer sobre o processo de formação dos gostos e preferências dos atores. Sendo assim, a teoria da “escolha racional” pode explicar o desenvolvimento da ação, mas pouco contribui para entender o motivo real que conduz os atores a agir numa ou noutra direção (CODATO e PERISSINOTTO, 2009).

Outra fissura teórica importante consiste em tratar as instituições políticas como uma “variável independente” e desconectada do contexto social/histórico. E, aqui, o caso venezuelano mostra-se capaz de corroborar com tal crítica. Conforme sucintamente demonstrado na primeira parte deste texto, há uma forte relação entre a participação eleitoral e a conjuntura política vigente no país: assim, no início da era *puntofijista*, os índices de abstenção registrados durante o período de bonança econômica e estabilidade política foram baixíssimos em comparação com os demais países latino americanos. Em contrapartida, na medida em que, a partir do final da década de 1970, a crise econômica e social foi se alastrando, a participação eleitoral decresceu exponencialmente.

Por sua vez, a ascensão política de Hugo Chávez gerou importantes transformações no padrão de abstenções estabelecido na Venezuela. Após vencer um pleito do qual participaram, apenas, pouco mais da metade dos eleitores credenciados, a administração comandada Chávez passou a implementar significativas modificações na estrutura política e econômica do país. Tais medidas foram diretamente responsáveis pela formação de dois blocos extremamente polarizados e participativos que passaram a intervir de forma ativa e freqüente no jogo político nacional. Por conseguinte, e as taxas de abstenção eleitoral comprovam essa afirmação, a participação eleitoral aumentou consideravelmente.

Ou seja, resta claro que, ao menos no caso venezuelano, não há como dissociar o “componente político” dos índices relativos à participação eleitoral. Nesse sentido, esta variável explicativa, que pouco aparece nos modelos propostos pelos teóricos da “escolha racional”, mostra-se crucial para instruir as pesquisas teóricas sobre o fenômeno político da abstenção eleitoral

Recebido em janeiro, aprovado em março.

Referências Bibliográficas

ALDRICH, John. Rational Choice and Turnout. *American Journal of Political Science*. Vol. 37, Nº1, fevereiro de 1993 (p. 246-278).

ALI, Tariq. *Piratas do Caribe*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BONILLA-MOLINA, Luis e EL TROUDI, Haiman. *Historia de La Revolución Bolivariana*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2004.

BUNIMOV-PARRA, Boris. Las Elecciones Venezolanas del 4 de Diciembre de 1988. *Revista Venezolana de Ciencia Política*. Nº 3, março de 1988 (p. 15-42).

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. *Revolução Bolivariana e Lutas Sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frias*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política*. N. 2, julho-dezembro de 2009 (p. 243-270).

DELGADO, Rafael. Notas sobre la Abstención Electoral. *Revista SIC*. Nº 549, Junho de 1992 (p.403 – 405).

ELLNER, Steve. Venezuela imprevisible: populismo radical y globalización. *Revista Nueva Sociedad*. N. 183, setembro-outubro de 2003 (mimio).

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. As três versões do Neo-Institucionalismo. *Lua Nova*. N. 58, 2003 (p. 193-224).

HIDALGO TRENADO, Manuel. Consolidación, crisis y cambio de sistema venezolano de partidos. *Politeia*. Nº 21, 1998 (p. 63-104).

IMMERGUT, Ellen. The theoretical core of the New Institutionalism. *Politics and Society*. V.26, n. 1, 1998 (p. 5-34).

KATO, Junko. Institutions and Rationality in Politics: Three Varieties of Neo-Institutionalists. *British Journal of Political Science*. V. 26, n. 4, outubro de 1996 (p. 553-582).

LÓPEZ-MAYA, Margarita. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfandil, 2005.

MARCH, James e OLSEN, Johan. The New institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, n. 78, 1984.

_____. *Rediscovering the Institutions*. New York: Free Press/Macmillan, 1989.

MOLINA, José. Participación y Abstención Electoral en el proceso electoral de 1993. *Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES)*. 1995. (p. 29-39).

PETIT, Maibort. *La crisis vista desde las debilidades de la sociedad civil venezolana frente al Estado: un análisis sobre la obra del Dr. Asdrúbal Baptista ‘El Relevo del Capitalismo Rentístico’*. 2006. disponível em: <http://analistaslibres.com/PDF/Crisis-Deb-x-MP.pdf>.

ROSALES, Simón. Participación, Apatía e Indiferencia frente al Sistema Político Venezolano 1958/93. *Revista Venezolana de Ciencia Política*. Nº 12, 1997 (p. 123-158).

THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual Reviews of Political Science*. N. 2, 1999 (p. 369-404).

WINGAST, Barry R. Instituciones políticas: perspectivas de la elección racional. GOODIN, Robert E. e KLINGEMANN, Hans-Dieter. *Nuevo manual de ciencia política*. Madrid: Istmo, 2001.

VENEZUELA. 1999: *Año de la Fundación de la República*: selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005. t.1.

